NÚMERO 6 23 OUT. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

DA CONCHINHA À COMUNA

Breves apontamentos sobre o movimento em curso

A acampada de Lisboa atravessa a sua primeira, talvez última, crise. Enquanto participantes, de vários modos e com várias intensidades, na acampada, a equipa editorial d'A PASSARADA apresenta aqui o seu contributo a uma análise crítica da situação, partindo de um lugar de franca camaradagem com todas as ocupantes. Os problemas da acampada são os problemas do movimento em si, embora expressos de forma inédita. Não nos interessa apontar dedos, os problemas são de nós todas, e pressupor a boa fé das outras é a única verdadeira medida da própria radicalidade.

1 – A repressão do estado e a pressão dos media têm a mesma função: obrigar a acampada a regressar à ordem e à normalidade. A repressão policial é directa: a acampada pode continuar, desde que cumpra as ordens discricionárias da PSP, saltando quando ela diz salta e rebolando no chão quando ela diz rebola. A repressão mediática é indirecta: a acampada deve sentir-se permanentemente escrutinada pela voracidade espectacular e obrigada a justificar-se ante qualquer cretinice e capricho.A polícia obriga a acampada a regressar à ordem do estado e os media obrigam a acampada a regressar à palavra do espectáculo. A lista de regras para permanência são uma forma de infantilização dos ocupantes.

Não podem fazer isto, não podem fazer aquilo, não interessa porquê, é assim que queremos, qualquer coisa venham cá perguntar que nós explicamos, se não for a bem é a mal. A questões inventadas pelos media (os graffitis, a limpeza da estátua, os cartazes, a conchinha, etc) são formas de encurralar a acampada numa permanente auto-justificação. Em momentos de conflito, temos que ser honestos sobre o que está em jogo, mas não podemos reproduzir acriticamente o discurso do poder e propagar o medo. A cidade de Lisboa é hoje um território devastado pelo capital, onde pouco ou nada sobra do que era a sua vida popular. Quem tem de justificar o que fez à cidade é o poder, não nós.

2 – A acampada não dispõe dos instrumentos políticos para responder a esta pressão. Não os têm porque não os conseguimos desenvolver a tempo. A repressão policial interrompeu a construção política da acampada, foi esse o seu único motivo. A assembleia popular é um importante local de encontro, de escuta, de aprendizagem, de construção de comunidade, de estreitamento de ligação, de construção de um património comum de práticas, símbolos, palavras e histórias.

Mas, realisticamente, ela é mais o aparato de uma assembleia do que uma verdadeira assembleia. A assembleia popular, pelo seu formato, não permite a discussão de ideias complexas, premiando uma performatividade que, embora necessária e importante a nível simbólico se esgota rapidamente a nível político. A assembleia é ainda incapaz de concretizar aquilo que se propõe fazer. Dois terços das suas decisões são impraticáveis. Outras, não precisavam do consenso de uma multidão para serem levadas a cabo.

3 – O primeiro desses instrumentos concretos de decisão política é difuso. A vida social da acampada deve ser organizada de modo a desafiar a autoridade do estado e do espectáculo mediático. Esse desafio não deve ser necessariamente físico. Não temos forças para enfrentar a polícia corpo a corpo. Mas nem por isso a acampada deve deixar de ser desafiante. A acampada deve permanecer ingovernável. É no processo de constituir essa ingovernabilidade que irão surgir os instrumentos de acção e de decisão que poderemos utilizar para aprofundar a luta. O esforço geral dos grupos de trabalho, das pessoas que frequentam e participam na acampada, não deve conduzir-se pela necessidade de obedecer às ordens do estado mas pela necessidade de organizar a ingovernabilidade. Encontrar espaços de opacidade, de intrusão, de escape, de ambiguidade, de irrupção por onde permanecer incontroláveis e imprevisíveis. Devemos reaprender a falar uma linguagem do antagonismo, não da obediência ao mestre. Só através dessa linguagem conseguiremos expressar as nossas formas de organização.

4 – O segundo é a criação de uma assembleia de delegados de grupos de afinidade. É um instrumento imperfeito e sujeito a todo o tipo de problemas, mas parece o único modo, por enquanto, de agilizar essa questão política.

Esta não é um assembleia de colectivos, ou de partidos. Ela não visa federar o que já existe, nem organizar o ecossistema activista. Pelo contrário, ela deve ser uma assembleia das agências colectivas realmente existentes dentro do mundo da acampada, formais ou informais. É um modo de integrar quem não está organizado de antemão, permitir que a informação circule sem ser em grupos de signal ansiogénicos e sobrelotados, viabilizar a discussão das tensões existentes em grupos mais pequenos e tomar decisões de forma ágil e resguardada de câmaras, que representem as várias subjetividades presentes, mesmo que uma multidão de centenas de pessoas esteja a ocupar a praça.

5 – Enquanto a praça estiver a atrair pessoas que não costumam sair à rua, pode valer a pena continuar a acampar no Rossio. Mas o movimento criado à volta da acampada não tem de ficar preso à ideia de acampada. Ele deve permanecer fiel ao que a acampada concretiza e significa: comunização do espaço metropolitano, deserção da política tradicional. Cada vez que a acampada dá um passo em direcção à respeitabilidade mediática e institucional ela recua para o lodo de impotência onde nos encontrávamos.

Este movimento não é isolado: de França à Albânia, a explosão popular contra o poder que sistematicamente nos espezinha, nos rouba de futuro e torna o presente inabitável não parece perto de se extinguir. A chama da revolta não tem fronteiras e pode incendiar vontades de forma inesperada, e abrir horizontes aqui e agora que ontem não pensávamos serem possíveis. Neste contexto, o objectivo da acampada, e de tudo o que se seguir, deve ser claro: a metrópole deve ser ingovernável até a greve geral pela habitação se tornar inevitável.